



**PROJETO DE LEI Nº 43/2025**  
**Autoria Vereadora Nadja Ferreira de Araújo Lagares**



*Dispõe sobre normas de proteção ao consumidor contra práticas abusivas por parte da distribuidora de energia elétrica no município de Espigão DOeste e dá outras providências.*

A Vereadora que o presente subscreve, nos termos do art. 125, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, propõe a aprovação do Projeto de lei a seguir:

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE**, no uso das atribuições previstas no artigo 60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas para a proteção dos consumidores contra práticas abusivas da distribuidora de energia elétrica no município de Espigão DOeste, garantindo a transparência na prestação do serviço, a continuidade do fornecimento e o respeito aos direitos do consumidor, conforme regulamentação vigente.

**Art. 2º** Fica proibida a realização de inspeção do medidor de energia elétrica sem notificação prévia por escrito ao consumidor, com comprovação de entrega ou destacada na fatura, com antecedência mínima de 3 (três) dias, conforme estabelecido na Resolução ANEEL nº 1.000, de 2021, e na Lei nº 8.987, de 1995, respeitando os direitos do consumidor previstos nos artigos 14 e 22 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.812.140.

§ 1º A notificação deverá ser realizada por escrito e entregue ao consumidor com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 2º A notificação poderá ser destacada na fatura mensal de energia elétrica.

§ 3º O consumidor poderá solicitar, uma única vez, o reagendamento da inspeção, conforme o artigo 250, incisos I e III, da Resolução ANEEL nº 1.000, de 2021.

**Art. 3º** Caso a unidade consumidora apresente comprovante de pagamento ou o consumidor realize o pagamento por Pix, boleto, QR Code ou transferência bancária no momento da tentativa de corte, fica proibida a suspensão do fornecimento de energia elétrica, conforme determinado pela Resolução ANEEL nº 1.059, de 2023.

**Parágrafo único.** O funcionário e ou prestador da distribuidora não poderá alegar falta de baixa no sistema como justificativa para efetuar o corte.

**Art. 4º** Caso a distribuidora não realize a religação do fornecimento de energia no prazo máximo de 4 (quatro) horas após a quitação do débito, o consumidor poderá realizar a religação por meio de profissional eletricitista habilitado e capacitado, sem que a distribuidora possa aplicar qualquer penalidade ao consumidor.

§ 1º O profissional responsável pela religação, seja pessoa física ou jurídica, deverá estar devidamente habilitado e registrado nos órgãos competentes, bem como cumprir integralmente as normas regulamentadoras (NRs) aplicáveis e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) necessários para a segurança da operação.

§ 2º A religação feita pelo consumidor dentro desse prazo não será considerada "religação à revelia", conforme o artigo 367 da Resolução ANEEL nº 1.000, de 2021, tendo em vista que a energia elétrica é um serviço essencial e não pode ter descontinuidade, conforme o artigo 433 da mesma Resolução.

**Art. 5º** Fica proibido à distribuidora condicionar o encerramento contratual à quitação ou renegociação de débitos. A distribuidora poderá informar os débitos existentes no CPF do titular, mas não poderá impedir a rescisão do contrato ou a alteração da titularidade, visto que as dívidas ficam vinculadas ao CPF do devedor e podem ser cobradas pelos meios legais.

**Art. 6º** Fica proibida a aplicação de cobranças desproporcionais na recuperação de consumo quando forem constatadas irregularidades no medidor.

**Parágrafo único.** A distribuidora somente poderá compensar eventuais diferenças pelo faturamento médio dos 3 (três) primeiros meses posteriores à troca do medidor, e não pela média dos últimos 36 (trinta e seis) meses, conforme estabelecido nos artigos 255, inciso III, 256 e 323 da Resolução ANEEL nº 1.000, de 2021, e na jurisprudência do Tribunal de Justiça de Rondônia.

**Art. 7º** Fica expressamente proibido que funcionários e ou prestadores da distribuidora de energia removam fios de propriedade do consumidor ao realizar a suspensão do fornecimento de energia.

**Parágrafo único.** Caso ocorra a remoção dos fios, o consumidor poderá dar voz de prisão ao funcionário e ou prestador da distribuidora, enquadrando a ação como furto, nos termos do artigo 155 do Código Penal, cuja pena varia de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão e multa.

**Art. 8º** Fica proibida a suspensão do fornecimento de energia elétrica por recuperação de consumo após 90 (noventa) dias de atraso no pagamento, conforme determina a Lei Estadual de Rondônia nº 5.953, de 2025.

§ 1º Fica proibida a suspensão de energia caso o consumidor tenha apenas 1 (um) talão de energia em atraso, sendo necessário que haja pelo menos 3 (três) contas em aberto para que a distribuidora possa realizar a interrupção do fornecimento.

§ 2º A comunicação de suspensão deverá ser feita exclusivamente por carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), comprovando o recebimento pelo responsável da unidade consumidora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes da efetivação do corte.

**Art. 9º** Fica obrigatória a concessionária de energia elétrica, manter atendimento físico, acessível, para os consumidores apresentarem suas demandas, e ainda, manter em regime de plantão físico para atendimento as demandas noturnas e urgentes 24 (vinte quatro) horas por dia, neste município de Espigão DOeste, bem como, com divulgação amplas desses atendimentos necessários aos consumidores.

§ 1º Fica proibida manter atendimento exclusivamente virtual para os consumidores no município de Espigão DOeste, para atender todas as demandas que os consumidores.

**Art. 10.** Em caso de descumprimento de qualquer artigo desta Lei, a distribuidora de energia elétrica estará sujeita a uma sanção de 50 (cinquenta) Unidades Padrão Fiscal (UPF) por infração.

**Parágrafo único.** Em caso de reincidência, a penalidade poderá ser multiplicada em até 10 (dez) vezes esse valor por unidade consumidora.

**Art. 11.** O município de Espigão DOeste regulamentará, por decreto, qual órgão será responsável pela arrecadação das multas previstas nesta Lei, sendo preferencialmente a Procuradoria Geral do Município.

**Parágrafo único.** O valor arrecadado com as multas deverá ser destinado exclusivamente para campanhas educativas de divulgação desta Lei e dos direitos dos consumidores.

**Art. 12.** Fica proibida a suspensão do fornecimento de energia elétrica sob qualquer pretexto, às sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e vésperas de feriados, conforme previsto no artigo 172 da Resolução ANEEL nº 1.000, de 2021, e no artigo 4º da Lei Federal nº 14.015, de 2020.

**Parágrafo único.** Caso a distribuidora realize a suspensão do fornecimento de energia em dias proibidos por esta Lei, o consumidor poderá providenciar a religação por meio de profissional eletricista habilitado e capacitado, sem que a distribuidora possa aplicar qualquer penalidade ao responsável pela unidade consumidora.

**Art. 13.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Romeu Francisco Melhorança, Espigão do Oeste-RO, 27 de março de 2025.

**NADJA FERREIRA DE ARAÚJO LAGARES ( REPUBLICANOS )**  
VEREADORA da CMEO

### JUSTIFICATIVA

Nobres Vereadores,

O presente Projeto de Lei visa garantir proteção efetiva aos consumidores de energia elétrica em **Espigão D'Oeste**, diante das práticas abusivas reiteradas da distribuidora de energia que atua no município. Essas práticas incluem cortes indevidos, inspeções arbitrárias de medidores, cobranças abusivas de recuperação de consumo e a recusa da distribuidora em seguir as normativas estaduais, federais e regulatórias, causando abuso, humilhação e constrangimento à população, especialmente às famílias de baixa renda.

### Práticas abusivas da distribuidora de energia em Espigão D'Oeste

A distribuidora de energia que opera no município tem um histórico de desrespeito às normas regulatórias, ignorando leis estaduais e federais, além de descumprir determinações da ANEEL. Essas infrações violam diretamente o **Código de Defesa do Consumidor (CDC)**, que estabelece a proteção do consumidor como princípio fundamental das relações de consumo. Entre os abusos mais recorrentes estão:

a. **Inspeções de medidor sem notificação prévia**, violando a **Resolução ANEEL nº 1000/2021** e o **artigo 6º, III, do CDC**, que garante ao consumidor o direito à informação adequada e clara sobre produtos e serviços.

b. **Cortes indevidos de energia mesmo após pagamento imediato da conta**, afrontando a **Resolução ANEEL nº 1059/2023** e o **artigo 22 do CDC**, que impõe às distribuidoras o dever de fornecer serviços essenciais de forma contínua e eficiente.

c. **Demora excessiva para a religação da energia**, desrespeitando o prazo regulamentar e contrariando o **artigo 14 do CDC**, que responsabiliza o fornecedor por falhas na prestação do serviço.

d. **Cobrança abusiva na recuperação de consumo**, utilizando médias de consumo irregulares para justificar aumentos exorbitantes, o que viola o **artigo 39, V, do CDC**, que proíbe a exigência de vantagens manifestamente excessivas.

e. **Condicionamento da rescisão contratual à quitação de débitos antigos**, prática ilegal que impede o consumidor de trocar a titularidade da conta sem renegociar débitos anteriores, em afronta ao artigo 39, IX, do CDC, que veda a recusa de atendimento ao consumidor que se disponha a cumprir as exigências legais.

f. **Cortes com apenas um talão de energia em atraso**, ignorando o princípio da razoabilidade e desrespeitando a **Lei Estadual nº 5.953/2025**, bem como o **artigo 42 do CDC**, que determina que o consumidor não pode ser exposto ao ridículo ou submetido a qualquer tipo de constrangimento na cobrança de débitos.

g. **Apreensão ilegal de fios elétricos da residência do consumidor**, configurando crime de furto (**artigo 155 do Código Penal**), além de violar o **artigo 39, IV, do CDC**, que proíbe o fornecedor de reter qualquer bem do consumidor como forma de coação indireta para pagamento de dívida.

h. **Ausência de atendimento físico e plantão noturno no município**, configurando descaso com o consumidor, especialmente os mais idosos, os portadores de necessidades especial que não tem acesso meios tecnológicos para fazer reclamação virtual.

A atuação da distribuidora em **Espigão D'Oeste** tem causado transtornos significativos à população, especialmente às famílias de baixa renda, que são constantemente expostas a abusos e irregularidades, bem como, as famílias que residem na Zona Rural, que na maioria das vezes ficam dias sem energia elétrica em sua residência. Essas práticas afrontam diretamente os direitos do consumidor e reforçam a necessidade de uma **legislação municipal que garanta maior proteção aos consumidores e coíba essas condutas lesivas**.

### **Amparo legal e regulação setorial**

A iniciativa encontra respaldo na **Resolução ANEEL nº 1000/2021**, que estabelece normas para a prestação do serviço de energia elétrica, no **Código de Defesa do Consumidor (CDC)** e na **Lei Estadual de Rondônia nº 5.953/2025**, que proíbe o corte de energia por recuperação de consumo após 90 dias. Além disso, há vasta jurisprudência do **Tribunal de Justiça de Rondônia** determinando que os direitos dos consumidores devem ser respeitados, vedando cobranças indevidas e cortes arbitrários.

A **Resolução ANEEL nº 1000/2021** dispõe, em seus artigos:

**Art. 250, incisos I e III** Garante ao consumidor o direito de ser informado com antecedência mínima de três dias sobre inspeções no medidor, com notificação por meio físico ou eletrônico.

**Art. 367** Define que a religação à revelia ocorre apenas quando feita sem quitação do débito, permitindo que o consumidor religue sua energia caso a concessionária não cumpra o prazo de quatro horas para religação.

**Art. 433** Reforça que a energia elétrica é um serviço essencial e não pode ser interrompida de forma abusiva, garantindo a continuidade do fornecimento.

**Art. 370** Reforma que a concessionária de energia elétrica deve priorizar o atendimento presencial, não podendo utilizar apenas o meio eletrônico como forma de atendimento ao consumidor.

Já o **Código de Defesa do Consumidor (CDC)**, nos artigos **14 e 22**, estabelece que as distribuidoras têm o dever de prestar um serviço adequado, eficiente e contínuo, sem expor o consumidor a riscos, constrangimentos ou prejuízos indevidos.

## **Competência suplementar do município para legislar sobre direito do consumidor**

A defesa do consumidor é um **direito fundamental** e princípio basilar da ordem econômica, nos termos do **artigo 5º, XXXII, e artigo 170, V, da Constituição Federal**. Além disso, a **Dignidade da Pessoa Humana**, prevista no **artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal**, deve ser assegurada na relação entre consumidores e fornecedores, especialmente quando se trata da prestação de um serviço essencial como a energia elétrica.

Dentre as competências legislativas conferidas pela **Constituição Federal aos municípios**, importa destacar aquelas referidas nos **incisos I e II do artigo 30**:

### **Art. 30. Compete aos Municípios:**

- I Legislar sobre assuntos de interesse local;
- II Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

A presente legislação se fundamenta na **Dignidade da Pessoa Humana**, que deve ser protegida sempre que o cidadão estiver sujeito a abusos e práticas desleais por parte de empresas que detêm monopólio na prestação de serviços essenciais. A interrupção injustificada ou irregular do fornecimento de energia elétrica, a imposição de cobranças arbitrárias e outras práticas abusivas afetam diretamente a qualidade de vida da população, gerando impactos sociais e econômicos que atentam contra esse princípio constitucional fundamental, bem como, a ausência de atendimento físico e plantão noturno no município de Espigão DOeste.

## **O poder legislativo municipal e a defesa do consumidor**

A **Câmara Municipal de Espigão D'Oeste**, no uso de sua competência legislativa, especialmente no que tange à proteção do consumidor e fiscalização dos serviços públicos essenciais, propõe esta lei para garantir um marco na defesa dos direitos dos consumidores do município.

A energia elétrica é um **direito essencial** e não pode ser usada como instrumento de coação para obrigar o consumidor a se submeter a práticas abusivas e ilegais. Esta legislação municipal garantirá que os moradores de **Espigão D'Oeste** tenham acesso a um serviço de energia digno, regulado por normas claras e fiscalizado com rigor, impedindo arbitrariedades e abusos por parte da distribuidora.

### **Conclusão**

Diante do histórico de abusos cometidos contra os consumidores de **Espigão D'Oeste**, e com base em legislações estaduais, federais e normativas da ANEEL, este Projeto de Lei visa corrigir essas distorções e garantir justiça ao cidadão.

A aprovação desta lei representará um **avanço significativo na defesa do consumidor**, punindo abusos da distribuidora de energia e garantindo que os direitos dos moradores de **Espigão D'Oeste** sejam respeitados com rigor e transparência.

Espigão D'Oeste/RO, 27 de março de 2025.

**NADJA FERREIRA DE ARAÚJO LAGARES ( REPUBLICANOS )**  
VEREADORA da CMEO



---

**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE-RO - CNPJ: 04.391.603/0001-12**

Rua Vale Formoso, nº 1896 - Bairro Vista Alegre - CEP: 76.974-000 Espigão do Oeste - Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Nadja Ferreira de Araújo Lagares, Vereadora**, em 27/03/2025 às 12:58, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 da [Resolução nº 90 de 18/06/2021](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br](https://transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br), informando o ID **1052776** e o código verificador **999D62C8**.

---

**Referência:** [Processo nº 54-43/2025](#).

Docto ID: 1052776 v1